

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - EMPREENDEDORISMO

Roselaine de Fátima A. Duque¹, Zenaide Ceballos²

¹Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Rua Madre Paula de São José 354 – Apto. 13 – Vila Ema. 12200-000 – São José dos Campos. SP, rosefin@bol.com.br

²Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova. 12224-000 – São José dos Campos. SP, hmceballos@yahoo.com.br

Resumo- Este trabalho apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável como veículo e método de promoção de novas formas de empreender, sem a expectativa do acarretamento de danos à natureza ou do respectivo esgotamento de seus recursos. O progresso, o crescimento econômico e a conservação da natureza podem coexistir quando o compromisso para com esses valores reside no rol de prioridades e planejamento, concentrando esforços e recursos para a inclusão dessas comunidades nas atividades ou processos produtivos de modo que possam atingir patamares de desempenho econômico superiores aos encontrados no estágio de diagnóstico inicial. O trabalho compara os objetivos históricos e a realidade de hoje, concluindo que esforços devem ser desenvolvidos em relação à conscientização e à educação ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Empreendedorismo

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

A expectativa do presente trabalho é detalhar a importância do desenvolvimento sustentável no cenário econômico contemporâneo, promover a familiarização com um tema tão discutido atualmente e apresentá-lo como uma proposta viável de fato para alguns problemas enfrentados pelo setor industrial e de seus *stakeholders*. Além disso, pretende-se discuti-lo enquanto estratégia adotada por parte de sólidas organizações da iniciativa privada e de suas iniciativas no âmbito da responsabilidade social e ambiental.

Gore [1] (p.45: 1993) aponta que com o advento da preocupação ambiental como prioridade de discussão no âmbito político e social e da constatação de que a natureza e sua estrutura apresentavam limites para sua exploração, houve uma alteração no modo de compreender de que forma os impactos ambientais ocorriam nas mais diferentes instâncias da vida moderna. A partir desse ponto, surgiu compreensão do agir localmente e pensar globalmente. Ou seja, pequenas ações poderiam representar grandes ganhos para a conservação da natureza em escala global.

Materiais e Métodos

Este trabalho foi feito com ajuda de ferramentas de informática, internet e se baseou em pesquisas de livros para a exploração de opiniões, sempre citando seu autor.

História do Desenvolvimento Sustentável

Na década de 60, os países ricos começaram a perceber, por meio da análise de indicadores e índices de pesquisas científicas, realizadas por eles próprios, a vulnerabilidade dos sistemas ecológicos, em particular devido a alguns desastres ambientais, como o vazamento do petroleiro Torrey Canyon, em 1967, e a contaminação por mercúrio da baía de Minamata no Japão, que se tornou pública em 1968.

Durante a Conferência de Estocolmo em 1962, organizada pela Organização das Nações Unidas, para a discussão da qualidade do ambiente na ocasião, concluiu-se que o crescimento econômico não poderia ocorrer a qualquer custo. Milaré [2] (p.97: 1991) afirma que tal fato deveu-se ao entendimento de que o ser humano havia alcançado um estágio de desenvolvimento tecnológico tamanho, libertando-se dos limites naturais impostos aos outros animais em sua condição de parte de um sistema ecológico, dominando-a tão completamente, que passou a entendê-la como algo distante e separada de si mesmo. O preço dessa pretensão não tardou a ser cobrado. Já nos séculos XVII e XIX, os impactos ambientais provocados pela crescente industrialização eram muito grandes. Com o passar do tempo, devido ao crescente processo de urbanização que a acompanhava, os impactos foram aumentando cada vez mais. Até que somente no século XX, a questão ambiental passou a ganhar status de temática digna de preocupação política legítima.

No entanto, nasceram as primeiras polêmicas em torno desse complexo e frágil tema, pois uma entidade formada por importantes empresários, chamada “Clube de Roma”, encomendou ao MIT

(Massachusetts Institute of Technology), dos Estados Unidos, um estudo conhecido como “Desenvolvimento Zero”.

Esse estudo, alertando o mundo para os problemas ambientais globais causados pela sociedade consumista urbano/industrial, propunha o congelamento do crescimento econômico.

Na época foi considerado como única solução para se evitar que o aumento dos impactos ambientais levasse o mundo a uma tragédia ecológica sem precedentes na história da humanidade. Obviamente, essa era uma péssima solução para os países desenvolvidos.

A Conferência foi marcada pela polêmica entre os defensores do “desenvolvimento zero”, basicamente representados pelos países industrializados, e os defensores do “desenvolvimento a qualquer custo”, representado pelos países não-industrializados ou em fase de industrialização tardia. A proposta dos países ricos era, na verdade, a de congelar as desigualdades sócio-econômicas vigentes no planeta, e a dos países que não se encontravam nesta condição, a de implementar uma rápida industrialização de alto impacto ecológico e humano. Nenhuma proposta menos maniqueísta surgiu nessa ocasião.

A crise econômica mundial dos anos 70, detonada em parte pelo choque do petróleo e que foi útil, aliás, para alertar o mundo de que há recursos naturais esgotáveis e não-renováveis, colocou questões econômicas mais urgentes para os governantes do mundo inteiro se preocuparem. Desse ponto, historicamente, somente nos anos 80, a polêmica desenvolvimento versus meio ambiente seria retomada.

Em 1982, foram comemorados os dez anos da Conferência de Estocolmo numa sessão especial do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Nairóbi, no Quênia, com a apresentação para discussão de uma nova e importante preocupação no cenário mundial: os problemas ambientais globais, aqueles que ultrapassavam as fronteiras entre os países e ameaçavam a biodiversidade e a qualidade de vida da população no âmbito de toda a litosfera. Incluiu-se nesta pauta de discussão, os primeiros indícios da questão do aquecimento global e do surgimento do buraco na camada de ozônio sob a Antártida. E além de que alguns impactos ultrapassavam a capacidade natural de autodepuração e já se encontravam acumulados em níveis nocivos à saúde humana no ar, na água, no solo e nos alimentos, provocando, assim, degradação em uma escala sem precedentes até a data e em velocidade superior à sua regeneração natural.

Em 1983, a Assembléia Geral da ONU indicou a então primeira ministra Gro Harlem Brundtland, para presidir uma comissão especial encarregada de estudar o tema. Segundo Branco [3] (p.30:

1991) essa comissão, denominada Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNMAD) analisou vários aspectos da questão, destacando-se entre eles:

- a) O crescimento populacional.
- b) A grave crise urbana que atinge os países em desenvolvimento.
- c) A pobreza, e seu respectivo crescimento, que reduz a capacidade das pessoas de usar os recursos naturais de forma sensata, levando-as a exercer maior pressão sobre o meio ambiente.
- d) A grande disparidade entre os níveis de consumo de recursos nos países industrializados e nos em desenvolvimento, 25% da população mundial consome 75% da energia primária, 75% dos metais e 60% dos alimentos produzidos no mundo.
- e) A disponibilidade de água para as atividades humanas, que atualmente é um dos problemas ambientais mais urgentes e graves deste início de século.

O “Relatório *Brundtland*”, como passou a ser chamado, tentava conciliar o desenvolvimento junto à conservação ambiental, buscando um equilíbrio entre as posições antagônicas surgidas em Estocolmo.

O relatório final da Comissão entregue em 1987, com o título *Nosso Futuro Comum*, apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.

Muitos ambientalistas no mundo criticaram esse relatório, que, segundo eles, não passava de uma perspectiva conservadora de crescimento sustentável ao não questionar o modelo de desenvolvimento em curso na escala mundial por acreditar no voluntarismo dos agentes econômicos e, finalmente, por propor apenas a transformação do capitalismo para um “ecocapitalismo”. Ou seja, a crítica ao Relatório *Brundtland* residia na implementação de pacotes de medidas paliativas para minimização de impactos ambientais e não de seu controle efetivo.

Para os críticos, portanto, a sustentabilidade estaria fundamentada na igualdade econômica, justiça social, preservação da diversidade e das identidades culturais, da autodeterminação dos povos e da integridade de valores ecológica passados através dos sistemas educacionais vigentes.

Fundamentos esses que exigiriam mudanças não apenas no plano tecnológico ou econômico, mas, sobretudo éticas, filosóficas e culturais.

Após essa etapa, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizado em 1992, no Rio de Janeiro, reuniu

chefes de Estado da maioria dos países do mundo novamente.

Além dessa conferência, milhares de representantes de organizações não-governamentais reuniram-se numa conferência paralela. Para que o desenvolvimento sustentável alcançasse o plano real, foram elaboradas duas convenções: uma sobre biodiversidade, outra sobre mudanças climáticas. Elaborou-se também uma declaração final de princípios e um plano de ação para os países participantes.

O plano de ação, denominado Agenda 21, é um ambicioso programa para a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável em todo mundo para o século XXI. A Convenção sobre Biodiversidade traçou uma série de medidas para a preservação das várias espécies de vida que habitam o planeta. Em vigor desde 1993, essa convenção tenta frear a destruição da fauna e da flora, concentradas nas florestas tropicais, as mais ricas em biodiversidade. Já a Convenção sobre Mudanças Climáticas estabeleceu várias medidas que visam à diminuição da emissão de poluentes pelas fábricas, automóveis e outras fontes poluidoras, com o objetivo de impedir a destruição da camada de ozônio, a ação do efeito estufa, a desertificação etc. Essa convenção entrou em vigor em 1994. Muitos desses esforços tornaram, hoje, nossa vida mais saudável e agradável em termos de qualidade ambiental e sanitária.

Ainda no Rio-92, foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) com o objetivo básico de fiscalizar a aplicação da Agenda 21. A CDS tem 53 países como membros, entre eles o Brasil. Sediada em Nova Iorque, está vinculada à ONU.

A Sustentabilidade na Iniciativa Privada Hoje

Diariamente, a televisão e o jornal trazem notícias sobre o agravamento da crise ambiental: desmatamento, efeito estufa, erosão, poluição das águas. Progressivamente, registram números mais alarmantes, números que não condizem com a expectativa apresentada nas reuniões e decisões históricas.

Hobbsbaw [4] (p.98: 1991) afirma que os problemas ambientais não vão destruir o planeta, nem torná-lo inabitável, mas certamente mudarão o padrão de vida na biosfera e pode muito bem torná-la inabitável para a espécie humana como a conhecemos com uma base parecida a seus números atuais. Além disso, o ritmo em que a vida moderna aumentou a capacidade de nossa espécie de transformar o ambiente é tal que, mesmo supondo que não vá acelerar-se, o tempo disponível para tratar do problema deve ser medido mais em décadas que em séculos.

Partindo desse pressuposto, a iniciativa privada hoje discute e planeja suas ações ambientais sob

a compreensão de que a sustentabilidade encontra-se dividida nas seguintes categorias, conforme aponta Bicudo & Helene [5] (p.37: 1994) ao tratar da divisão do princípio de sustentabilidade, podemos assim definir:

- a) Sustentabilidade ecológica: refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção dos estoques de capital natural incorporado às atividades produtivas.
- b) Sustentabilidade ambiental: refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Implicando na adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como: saúde educação, habitação e seguridade social.
- c) Sustentabilidade política: refere-se ao processo de construção da cidadania, para garantir a incorporação plena de indivíduos ao processo de desenvolvimento.
- d) Sustentabilidade econômica: refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral, e caracteriza-se pela regularidade de fluxos de investimentos públicos e privados em ações ambientais."

E, neste contexto, as organizações têm dedicado especial atenção a três pontos que envolvem de forma geral as condições estabelecidas acima, ainda segundo Bicudo & Helene [5] (p.48: 1994), a de desenvolver tecnologias que reduzam os níveis de poluição existentes, a pesquisa de técnicas mitigadoras para eventuais acidentes ambientais e ações e investimentos em Educação Ambiental.

Richardson e Colaboradores [6] (p.108: 1999), afirmam que a Certificação ISO 14.000 apresenta uma série de requisitos a serem cumpridos por parte das organizações interessadas que integram o rol de orientações e princípios instituídos pela Agenda 21 de forma autônoma e espontânea. Incluindo a Educação Ambiental junto à comunidade de entorno a fim de que assimilem e troquem experiências de valor entre si de modo que contribuam para um futuro sustentável em âmbito local.

Rivoli [7] (p.37: 2000) afirma que as preocupações econômicas e ambientais de um empreendimento devem andar juntas. Abrangendo medidas de redução de desperdícios, reciclagem, conscientização sobre aspectos da realidade, da questão ambiental, consumo e negociações que envolvam compromisso ético junto a seus parceiros comerciais, bem como propagandas e veiculações.

Segundo Chiavenato [8] (p.122: 2000), responsabilidade social é o grau de obrigações que uma organização assume através de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade à medida que procura atingir seus próprios interesses. Refere-se ao grau de eficácia

e eficiência que uma organização apresenta no alcance de suas responsabilidades sociais. Sendo assim, uma organização socialmente responsável é aquela que desempenha as seguintes obrigações:

- I. Incorpora objetivo social em seus processos de planejamento.
- II. Aplica normas comparativas de outras organizações em seus programas sociais.
- III. Apresenta relatórios aos membros organizacionais e aos parceiros sobre os progressos na sua responsabilidade social.
- IV. Procura medir os custos dos programas sociais e o retorno de investimentos em programas sociais e/ou ambientais.

Esta nova ótica da problemática ambiental amplia os horizontes de divulgação das organizações que têm a questão ambiental como prioridade em sua pauta de discussões. Fortalecendo sua marca, clientes e sociedade em geral. Uma vez que se apresenta transparente em termos de avaliação e análise de seu posicionamento quanto à sua relação com o meio ambiente e torna evidente seu nível de responsabilidade para com aspectos de qualidade de vida e de trabalho que ultrapassa meramente a necessidade ou a busca por lucratividade.

Os objetivos históricos e a realização atual não são convergentes, talvez os objetivos fossem muito pretensiosos, mas a realidade é difícil e é preciso mudá-la.

Conclusão

Diante da importância sócio-econômica do desenvolvimento sustentável, há de se ressaltar que, diante das exigências do mercado de trabalho atual, o empreendimento e seus trabalhadores necessitam conhecer mais profundamente seus conceitos e finalidades para que venham a adequar-se a essa nova realidade do mundo do trabalho.

Ou seja, incluir em seu rol de competências a preocupação quanto aos aspectos corretivos e preventivos da questão ambiental, no que dizem respeito às intenções e metas estabelecidas para cada organização. Contudo, para que essa expectativa de promoção ambiental seja atendida, faz-se necessário dar maior ênfase e importância à educação ambiental.

Pois por meio de iniciativas, eventos e projetos dentro de determinado contexto que ocorrerá a familiarização com conceitos e práticas de ordem ambiental, bem como a assimilação de conhecimentos e informações que valorizem a troca de experiências do conjunto de *stakeholders* da organização.

Além disso, estimula o cuidado com o meio ambiente através da apresentação de práticas

voltadas para o cotidiano da comunidade, inserindo-as e despertando-as para sua importância na solução dos problemas ambientais atuais que afligem a sociedade contemporânea.

Referências

- [1] GORE, Al. A Terra E, Balanço. Editora Augustus. São Paulo. 1993. Capítulo 2. Página 45. 1ª Edição.
- [2] MILARÉ, Edis. Legislação Ambiental do Brasil. Editora Moderna. São Paulo. 1991. Capítulo 4. Página 97. 3ª Edição.
- [3] BRANCO, Samuel Murger. O Meio Ambiente em Debate. Editora Moderna. São Paulo. 1991. Capítulo 2. Página 30. 3ª Edição.
- [4] HOBBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos. Editora Ática. São Paulo. 1991. Capítulo 4. Página 98. 1ª Edição.
- [5] BICUDO, Briza Marcelo & HELENE, Maria Elisa Marcondes. Sociedades Sustentáveis. Editora Scipione. Coleção Cenário Mundial. São Paulo. 1994. Capítulo 3. Páginas 37 (PRIMEIRA CITAÇÃO) e 48 (SEGUNDA CITAÇÃO). 1ª Edição.
- [6] RICHARDSON e Colaboradores - et al. A Certificação e Sua Importância no Contexto do Desenvolvimento Sustentável no Âmbito da Iniciativa Privada. EDUSP. São Paulo. 1999. Capítulo 4. Página 108. 1ª Edição.
- [7] RIVOLI, Antônio da Cunha. Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Editora Ática. 2000. Capítulo 2. Página 37. 1ª Edição.
- [8] CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos Novos Tempos. Editora Campus. Rio de Janeiro. 1999. Capítulo 4. Página 122. 6ª Edição.